

PORTARIA CONJUNTA N. 1 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Institui o Sistema Corpus927 como ferramenta complementar para a pesquisa de jurisprudência.

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno do STJ e pelo art. 22, incisos VII e VIII, do Regimento Interno da Enfam, considerando o que consta do Processo SEI n. 14.634/2018,

RESOLVEM:

**Seção I
Das Disposições Iniciais**

Art. 1º Fica instituído o Sistema Corpus927 como ferramenta complementar para a pesquisa de jurisprudência.

Parágrafo único. O Sistema Corpus927 permite a consulta da jurisprudência vinculante de vários tribunais e a consolidação dos resultados na ordem estabelecida pelo art. 927 do Código de Processo Civil.

Art. 2º São funcionalidades essenciais do Sistema Corpus927:

I – a reunião das decisões vinculantes, dos enunciados e das orientações de que trata o art. 927 do Código de Processo Civil – CPC;

II – a extração automática das referências legislativas de cada decisão;

III – a análise da similaridade entre as decisões com uso da inteligência artificial;

IV – o agrupamento de decisões similares e indicação dos posicionamentos que mais se repetem, de acordo com o percentual de semelhança do agrupamento;

V – a visualização de cada decisão vinculante associada a artigo de lei ou

VI – a criação de uma base de jurisprudência atualizada em tempo real, com dados obtidos por meio do site de cada tribunal.

Art. 3º O Sistema Corpus927 fica disponível na internet para consulta dos órgãos do Poder Judiciário e de toda comunidade jurídica.

Seção II Da Competência

Art. 4º Compete ao STJ:

I – prover as condições necessárias à implantação, manutenção, correção e evolução do sistema, incluindo disponibilização de hardware, software, redes de comunicação e profissionais especializados;

II – garantir a gestão, o ambiente tecnológico, apoio técnico e a capacitação de servidores para a correta atualização e evolução do sistema;

III – orientar os usuários internos e externos quanto à utilização do sistema.

Art. 5º Compete à Enfam:

I – implantar, atualizar, manter, corrigir e evoluir o sistema;

II – disponibilizar o acesso e a consulta ao sistema por meio do portal da Enfam;

III ?– promover ações para aprimorar e facilitar o uso do sistema pelos órgãos do Poder Judiciário e pela comunidade jurídica.

Seção III Da Gestão do Sistema

Art. 6º Fica criado o Comitê Gestor do Corpus927, integrado pelos titulares das seguintes unidades, sob a coordenação do primeiro:

I – Secretaria Geral da Enfam;

II – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do STJ;

III – Secretaria de Jurisprudência do STJ;

IV – Coordenadoria de Tecnologia da Informação da Enfam.

§ 1º Em casos de ausências e impedimentos, os membros do comitê serão representados pelos respectivos substitutos legais;

§ 2º O comitê poderá ter a coordenação e a composição alteradas após o primeiro ano de sua gestão, à medida que ocorra a incorporação do Sistema Corpus927 ao Sistema Justiça do STJ a outros sistemas do Poder Judiciário.

§ 3º As reuniões do comitê serão convocadas pelo coordenador, que poderá convidar servidor de unidade que não integra o comitê conforme assunto a ser deliberado.

Art. 7º Compete ao Comitê Gestor do Corpus927:

I – gerenciar, acompanhar e analisar a execução do sistema no âmbito do STJ e da Enfam, bem como efetuar estudos para sua melhoria contínua;

II – propor políticas e normas que garantam o adequado funcionamento do sistema;

III – analisar e aprovar as solicitações de melhorias e desenvolvimento de funcionalidades do sistema.

Seção IV Das Disposições Finais

Art. 8º A cessão total ou parcial do código-fonte ou algoritmo do Sistema Corpus927 fica autorizada somente para tribunais ou conselhos de justiça.

Parágrafo único. É vedada a cessão total ou parcial do código-fonte ou algoritmo do Sistema Corpus927 para pessoas jurídicas de direito privado, ainda que sem fins lucrativos.

Art. 9º Parcerias com órgãos públicos não integrantes do Poder Judiciário podem ser firmadas para aprimorar e implementar novas funcionalidades no Sistema Corpus927, vedada a cessão de seu código-fonte ou algoritmo.

Art. 10. Rotinas de manutenção na infraestrutura do sistema podem ocorrer em qualquer horário, sendo estabilizado o serviço após sua finalização.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo coordenador do Comitê Gestor do Corpus927.

Art. 12. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra LAURITA VAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Diretora-Geral da Enfam

